



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

*Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.*

*Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional.*

## **“MAS É PRECISO TER FORÇA, É PRECISO TER RAÇA, É PRECISO TER GANA SEMPRE”:** ESTUDO DOS FATORES ASSOCIADOS AO PERCURSO ESCOLAR DA ESTUDANTE UNIVERSITÁRIA

**Helena Teixeira Magalhães Soares<sup>1</sup>**

**Luciana Santos Ramos<sup>2</sup>**

**Maria Aparecida Batista Sena<sup>3</sup>**

**Tatiane Rodrigues<sup>4</sup>**

**Resumo:** Este estudo objetiva apontar aspectos que implicam a formação crítica da estudante universitária em função de determinantes socioculturais da sociedade capitalista, em sua totalidade. Aporta-se em levantamento bibliográfico, além de pesquisas quantitativas e qualitativas que reiteram desdobramentos da questão social, inscritos na formação sócio-histórica da sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Mulher. Mercado de trabalho. Ensino Superior.

**Abstract:** This study aims to point out aspects that imply in the critical formation of the university student, as a function of socio-cultural determinants of capitalist society, in its totality. It contributes in bibliographical survey and quantitative and qualitative research that reiterate unfolding of the social question, enrolled in the socio-historical formation of Brazilian society.

**Keywords:** Woman. Job market. Higher education.

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem por objetivo evidenciar os fatores que interferem no processo de formação acadêmica da discente de ensino superior, num processo mútuo e contraditório de resposta às exigências do mundo trabalho na sociedade capitalista de produção e em sua totalidade. Em se tratando do percurso acadêmico, pautou-se na permanência, dada a definição prévia de um período a partir do curso escolhido, cujos desafios imperam-se e sobrepõem-se à continuidade dos estudos, inerentes à própria vontade do indivíduo.

A escolha do objeto se fez pelas inquietações expressas por autores da categoria de assistentes sociais ao evidenciarem aspectos sociais que sobrepõem e contornam a formação profissional e, por consequência, sua atuação.

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social, Fundação João Pinheiro e Centro Universitário UMA, E-mail: helenamagasoares@gmail.com.

<sup>2</sup> Profissional de Serviço Social, Centro Universitário UMA, E-mail:helenamagasoares@gmail.com.

<sup>3</sup> Profissional de Serviço Social, Centro Universitário UMA, E-mail:helenamagasoares@gmail.com.

<sup>4</sup> Profissional de Serviço Social, Centro Universitário UMA, E-mail:helenamagasoares@gmail.com.

O Censo Ensino Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) mostrou a predominância de pessoas do sexo feminino nos cursos superiores, em 2017. Sendo 55,2% dos ingressantes, 57% das matrículas efetuadas e 61,1% dos novos profissionais (concluintes). Vale ressaltar que a PNAD Contínua 2017 apontou um percentual de 51,6% de mulheres na população brasileira.

No que se refere à modalidade de gestão, o mesmo censo revelou que 75,3% dos estudantes de ensino superior encontram-se na rede privada de ensino, ou seja, mais de 6,2 milhões de alunos. Isso significa que de cada quatro estudantes de graduação, três frequentam uma instituição privada. Trata-se de captação de um público com perfil próprio, a classe trabalhadora, que passa a ter a exigência de formação e, simultaneamente, responsabiliza-se pelo seu custeio e encargos, para a garantia da própria sobrevivência.

O enredo de privatização do ensino é acompanhado pela concepção dos requerimentos do mercado, conforme Koike (2009). Os riscos de recrudescimento das competências em favor do técnico operativo vão ao encontro de uma concepção científica e ao desvelamento do ser social, dados pela apropriação de uma criticidade operada a partir de aquisições científicas e sociológicas construídas sob viés histórico. Remete-se à exclusão da apropriação histórico-crítica do conhecimento humano, tornando o processo formativo um mecanismo de reprodução de alienação, numa intencionalidade de subjugar a questão social e seus desdobramentos.

Nesse interim, torna-se premente a discussão sobre os contornos adicionados ou reiterados no percurso da formação em nível superior, mais explicitamente neste estudo, que atingem as estudantes universitárias, reconhecendo-se a implicação em uma formação qualificada. Isso se torna mais significativo para os profissionais de Serviço Social face aos princípios ético-políticos que norteiam a categoria, cuja essência própria da exigência de uma intervenção profissional contribui para postura crítica diante da realidade.

O estudo aporta-se na perspectiva dialética, apresentando contradições da trajetória das políticas educacionais no ensino superior no que tange à inserção e permanência do estudante, referenciando-se em atores clássicos e contemporâneos da teoria crítica. As categorias supostamente definidas que implicam o percurso acadêmico da estudante, evidenciadas na trajetória de pensamento, foram empiricamente analisadas através dos dados coletados em pesquisa de campo.

A técnica adotada qualitativa foi grupo focal que, segundo Gomes e Barbosa (1999), trata-se de uma metodologia que consiste na formação de um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade. Para esta etapa do estudo, foram convidadas oito estudantes trabalhadoras, discentes dos cursos de Serviço Social, pedagogia e psicologia de uma Instituição de Ensino Superior (IES) privada de Belo Horizonte, que reúne os três cursos em um único campus. A escolha dos cursos se deu pela caracterização sócio-histórica da presença de pessoas do sexo feminino nos mesmos, em consonância ao objeto desse estudo. Como critérios de seleção, buscou-se mulheres, de forma aleatória, com e sem filhos, na faixa etária considerada jovens (19 a 29 anos) e adultas (30 a 59 anos).

Os dados quantitativos foram coletados através de um formulário virtual, sem identificação de nomes, aplicado exclusivamente a estudantes de Serviço Social, na mesma instituição universitária, na mesma época, numa amostra aleatória representativa. Foram 149 respondentes para 225 pessoas matriculadas, sendo 136 do sexo feminino.

O presente estudo compõe-se de duas partes, sendo que a primeira parte apresenta reflexões sobre o ensino superior no que se refere ao acesso e permanência e a segunda parte insere-se na discussão sobre as dimensões que se sobrepõem à mulher estudante universitária, com dados qualitativos e quantitativos.

Os condicionantes evidenciados reforçam a exploração de classe capitalista acirrada pela formação sócio-histórica da sociedade brasileira, que perpassa pela condição de gênero, exigindo desdobramento da mulher estudante universitária para respostas aos papéis sociais impostos culturalmente. Simultaneamente, evidencia-se o entendimento pela formação universitária como um caminho para a ruptura dessas condições, na busca pela realização humana, como ser social.

## **2 ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR**

O acesso ao ensino superior no Brasil ampliou nos últimos anos se comparado às décadas passadas. As políticas públicas direcionadas para a expansão e democratização da educação superior, com a interiorização das universidades públicas através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e os programas de financiamento como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), iniciadas em 1995, trouxeram avanços e contradições.

Historicamente constituído com acesso majoritário das famílias abastadas, o ensino superior no Brasil manteve-se por séculos como algo inacessível às camadas populares. Estudos referentes ao desenvolvimento econômico do país, elaborados em 1960, a partir de dados empíricos de renda e salário, apontaram essa política restritiva de formação como corresponsável pelas diferenças na distribuição de renda. Os programas supracitados previam a alteração desse cenário, o que significa a materialização do direito constitucional de acesso à educação para todos.

Enquanto que no ano de 1995 o acesso ao ensino superior apresentava em torno de 7% da população jovem na faixa etária de 18 a 24 anos, em 2009 atingiu o percentual de 19% nessa faixa etária (PNAD, 2009). No entanto, a garantia do acesso não é exclusiva para o desenvolvimento de competências e habilidades para que o indivíduo se insira no mercado de trabalho em condições dignas. A fim de ampliar o exercício da cidadania devem-se somar ao fator acesso, ainda que minimamente, condições de permanência e qualidade de ensino ofertado. Sendo assim, a universalização não é regra suficiente nem para que se alcancem os resultados educacionais, nem para que a formação escolarizada cumpra efetivamente o seu papel. Conforme o Censo do Ensino Superior 2016 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a taxa de abandono acumulada em cinco anos para os que entraram numa faculdade em 2010 foi de 49%. Os números também mostram que, nas instituições privadas, 30% dos alunos desistem do curso já no segundo ano, enquanto nas instituições públicas a taxa é de 19%. Assim, infere-se que a existência de condicionantes sobrepostas à formação podem ser fatores endógenos e/ou exógenos ao sistema educacional. Se a educação compõe o processo de mobilidade social, a ausência de viabilidade reitera a manutenção das desigualdades existentes.

Segundo Dubet *et al* (2012), a correlação entre desigualdades escolares e desigualdades sociais, em uma análise feita a partir de dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), e de sistemas educacionais de países europeus, revelou que a escola não transforma as desigualdades sociais em desigualdades escolares com uma amplitude constante em todos os países. A medida preponderante não deve ser atribuída aos diplomas como papel determinante às desigualdades escolares. A eles devem ser agregados fatores que contribuem para a rigidez das sociedades na reprodução de suas desigualdades sociais.

Pelo mesmo estudo, a partir de um modelo estatístico econométrico, os autores verificaram a relação existente entre as desigualdades sociais globais e as características escolares. Constataram que somente duas variáveis têm um impacto significativo: o dinamismo do mercado de trabalho e a amplitude das desigualdades escolares. Isso significa que a influência dos diplomas é mais elevada quando o emprego é relativamente raro e as desigualdades escolares são grandes. Nesses cenários há influência das configurações nacionais de cada país por razões históricas, econômicas ou sociais.

Até a década de 60, à escola era atribuída a responsabilidade pelo avanço dos indivíduos no que diz respeito ao acesso a bens e serviços. A contestação dos jovens franceses, diante do desenvolvimento econômico da época em contraposição ao desenvolvimento social, inaugurou uma nova fase no que se refere ao papel do sistema educacional na sociedade. Os estudos no campo da sociologia da educação de Pierre Bourdieu apontaram a condição familiar como importante fator de implicação de resultados escolares. Neles, a origem social foi assinalada como determinante central para a mobilidade social do indivíduo.

Já Andrade (2012) realizou um levantamento sobre a influência das variáveis nível socioeconômico e raça autodeclarada a partir de dados do ENEM, além das matrículas nas instituições de ensino superior. Com isso, concluiu que a primeira variável é a principal determinante no acesso à educação. No estudo, a variável cor autodeclarada influenciou no acesso dos segmentos da população de todas as faixas de renda.

Em um estudo estatístico, Barros (2015) revela que o crescimento de 110% no número de matrículas, entre os anos 2001 e 2010 no ensino superior, não significou redução das desigualdades regionais e sociais. Os resultados revelaram que o percentual de 8,8% da população na faixa etária prevista de 18 e 24 anos, em 2001, passou para 14,4% em 2009. Logo, os índices mostram que parte considerável dos estudantes universitários acessaram essa formação em fase de pleno exercício laboral, conciliando as atividades de formação com a de produção.

No que se refere às políticas de acesso ao ensino superior, um estudo realizado por Fialho e Sousa (2017) sobre o programa Universidade para Todos na sua interface com a juventude de baixa renda, na cidade de Fortaleza, constatou que os jovens reconhecem que o programa opera no âmbito da inclusão social. No entanto, foi apontada também a dificuldade de permanência dos estudantes nas IES privadas em razão não apenas da ausência de assistência estudantil, mas também por ser a única via de acesso ao ensino

superior em função de terem sido excluídos nos processos para acesso às universidades públicas em que o critério foram as notas.

Se, por um lado, os estudos representam um caminho para a progressão e para a melhoria de vida, por outro, as próprias condições econômicas do indivíduo são um empecilho para a garantia do aprendizado. Tal fato pôde ser constatado com relação a 12 alunos da pesquisa, os quais, mesmo sendo contemplados com a bolsa que lhes assegurava uma formação sem gastos com mensalidades, precisavam assumir a responsabilidade financeira de se manterem no decorrer da sua formação, custeando transporte, alimentação, livros e demais materiais didáticos (FIALHO, SOUZA, 2017, p. 9).

O estudo apontou que as situações relacionadas à organização acadêmica, às expectativas em relação ao curso e a integração dos estudantes às Instituições de Ensino Superior (IES) são os principais fatores que desencadeiam a desistência no processo acadêmico. A infraestrutura acadêmica e o atendimento pela instituição de ensino de serviços básicos, como alimentação e moradia, constituem alternativas que contribuem para a redução da evasão escolar no ensino superior.

Outros estudos acerca do percurso formativo acadêmico postulam sobre a relação entre o trancamento do curso e as condições implicadas na saída, como o realizado por Polydoro (2000). Foram apontados o suporte financeiro, as condições relacionadas ao trabalho, a inserção acadêmica e o baixo compromisso com o curso como fatores de causalidade à evasão. Apesar de os estudantes pesquisados apontarem alto interesse pelo retorno ao curso e IES, observou-se que somente 9,65% retornaram sob influência da família e trabalho ou ainda pela atribuição de valor à formação acadêmica.

O impacto dos diplomas sobre os salários é correlato à amplitude das desigualdades de renda. Essa, por sua vez, impacta o mercado de trabalho. Os países cujas desigualdades escolares são pequenas são também aqueles onde a influência dos diplomas é pequena. Os países em que prevalecem fortes as relações entre formação e emprego são também aqueles nos quais as desigualdades sociais diante da escola têm um papel importante, segundo Duret, Duru-Bellat e Vêretout (2012).

O cenário de expansão educacional exigiu a ampliação ou o aprofundamento das lentes de estudos sobre os aspectos educacionais que correlacionam com as possibilidades de mudanças na estrutura social. Os aspectos qualitativos da estratificação social tiveram de ser inseridos em modelos estatísticos, uma vez que as origens sociais e o desempenho escolar são vetores diferentes, que podem ser fortes determinantes para o percurso formativo.

Nessa perspectiva de análise, apresenta-se a hipótese da desigualdade efetivamente mantida (EMI) de Lucas (2001). Por ela, reconhece-se que a condição socioeconômica é determinante em termos de vantagem competitiva. É possível, logo, considerar que a igualdade de acesso, através de políticas de equalização ou da chamada democratização do ensino através do aumento das oportunidades de acesso, contribuiu para a redução das desigualdades escolares. No entanto, a EMI introduz o parâmetro da qualidade da formação, ou seja, a igualdade de condições de acesso não elimina a diferenciação no aspecto formativo. A teoria pressupõe que as camadas da população com condições socioeconômicas elevadas tendem a acessos de maior prestígio. Já aquelas de menor condição ficam restritas as de menor relevância, com menor investimento no percurso acadêmico, mas que permitem acesso mais rápido ao mercado de trabalho. Isso significa que a origem social, definida a partir do nível de escolaridade e renda da família, juntamente da variável composição familiar são determinantes para a inserção ao ensino superior. Tal fato desconstrói a hipótese da redução do efeito origem social na medida em que aumenta o nível de transição.

### **3 A ESTUDANTE UNIVERSITÁRIA E CONDICIONANTES PARA AS ATIVIDADES ACADÊMICAS**

A condição da mulher na sociedade capitalista contemporânea evidencia o nítido caráter de classe, ou ainda, o jogo de interesses presente por trás dos modelos de gênero estabelecidos, que provoca uma dupla exploração sobre a mulher (ANTUNES, 1985 *apud* CISNE, 2012, p.112).

A primeira divisão do trabalho foi a existente entre a mulher e o homem para a procriação e (...) o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia e a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo masculino (ENGELS, 1979, p.22 *apud* CISNE, 2012, p.111).

No caso brasileiro, a inserção da mulher no mundo de trabalho se fez de forma compulsória, logo após a inserção do país no mapa político mundial, que desembocou com o sistema produtivo escravocrata (Yamamoto, 1983). A formação sócio-histórica da sociedade brasileira, numa mistura de modelo econômico exportador colonial e postulados da igreja católica conservadora em sua expansão mercantilista, resultou na constituição de um modelo patriarcal, subjugando a mulher a funções restritas ou associadas ao ambiente doméstico.

A ideia de que a missão da mulher é o casamento e a procriação conduziu não propriamente a uma qualificação da força de trabalho feminino, mas a uma especialização que destina as mulheres das camadas intermediárias da sociedade

às ocupações subalternas, mal remuneradas e sem perspectivas de promoção. (SAFFIOTI, 2013, p.95).

Na divisão de classes da sociedade, a população trabalhadora busca seus contornos para a sobrevivência e resistência, porém escamoteada, por vezes, pela totalidade das relações sociais do sistema capitalista de produção.

As famílias proletárias por sua vez, e na medida de suas possibilidades, adotam num simulacro de prestígio a ideologia da classe dominante. Não só o empregador justifica os baixos salários em termos femininos (“o salário não é muito alto, mas é suficiente para uma”); é a própria mulher que, insegura num mundo em que ela conta como uma variável a ser manipulada segundo as conveniências da situação, no qual não lhe cabe nenhum poder de decisão enfim, ela joga com a desvantagem de ser mulher, situa seus alvos em planos pouco ambiciosos. O medo inconsciente do fracasso reduz suas aspirações e diminui seu ímpeto de realizar. (SAFFIOTI, 2013, p.95)

Nogueira (2004), ao lançar luz a respeito dessa questão, evidencia que a reestruturação produtiva se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, no mercado de trabalho, nos produtos e padrões de consumo, em novas maneiras de fornecimento de serviços. Em sua grande maioria, tais cargos são ocupados por mulheres mal remuneradas que buscam conciliar o inconciliável.

Bruschini (2000), ao analisar a inserção da mulher no mercado de trabalho, aponta tanto para as desigualdades de gênero como para a busca por profissões consideradas “femininas e voltadas para o cuidado”. Com efeito, destaca:

(...) as trabalhadoras continuam em atividade do setor de serviços e no segmento informal e desprotegido do mercado de trabalho, seja no emprego doméstico não registrado, seja na atividade por conta própria, na familiar não remunerada ou domiciliar. Condições precárias de trabalho - como índices de registro em carteira e de contribuição para a Previdência Social - podem ser definidas como características de pelo menos metade da força de trabalho feminina. Os afazeres domésticos continuam sendo considerados como inatividade econômica, embora mantenham ocupadas boa parte das mulheres. As trabalhadoras mais qualificadas predominam em empregos tradicionais femininos, como o magistério, a enfermagem e o Serviço Social. Os baixos salários e as desigualdades entre elas e os colegas continuam a fazer parte do seu mundo do trabalho (BRUSCHINI *apud* CISNE, 2012, p. 126).

Uma vez que a pesquisa de campo abarcou estudantes mulheres de três cursos de formação da área de humanas (Pedagogia, Psicologia e Serviço Social), dos dados qualitativos elucidam a presença deste viés cultural próprio do sistema capitalista:

Pensei na pedagogia (...), todas têm carro próprio, casa própria, faculdade, família bonitinha, eu penso poxa eu estou aqui com trinta e quatro anos, não tenho nada ainda, moro com meu pai e minha mãe todo feriado está emendando, duas férias por ano, vou cair para esse negócio também, e fora a possibilidade de concurso na área da educação que é muito mais fácil, então é isso que eu vou fazer. (Participante C, 2016).

Também quando comecei o curso de serviço social, porque sempre trabalhando com as pessoas igreja sempre fui assim, eu achava que era caridade (Participante G, 2016).

A permanência no ensino superior exige que a subjetividade seja suprimida pelo concreto e, portanto, traga consigo as suas contradições, suas negações a partir do lugar que a mulher ocupa na sociedade capitalista:

“Mulheres que trabalham estudam, tem filhos, não têm muito tempo de ir ao salão e acho que para a autoestima da mulher é importante, eu pelo menos sinto falta”. (Participante F).

A partir dos discursos apresentados tornam-se evidentes os muitos desafios para conciliar jornada de trabalho, formação acadêmica e vida pessoal. Percebe-se que mesmo tendo consciência do propósito assumido, as estudantes trabalhadoras submetem-se a condições impostas tanto pelo sistema de ensino quanto pelo mundo do trabalho. Nesse campo, sacrificam-se e inventam estratégias de sobrevivência.

Domingo à tarde que eu estudo. (Participante B, 2016).

Dirijo entregando bolo e fazendo as coisas. Eu gravo a matéria e coloco e vou estudando dentro do carro. (Participante D, 2016).

O ônibus é a salvação...Para estudar, é dentro do ônibus. (Participante G, 2016).

Eu já virei a noite, principalmente no trabalho que fiz do meio ambiente, três horas da manhã eu estava trocando e-mail, já fiz muito isso. Meu pai ia dormir lá em casa, e ele me perguntava se eu já acordei ou se não tinha dormido, eu respondia que já estava indo dormir”. (Participante A, 2016).

Se for para fazer trabalho, por exemplo, aí é aquela madrugada rapidinha que você não conseguiu dormir, porque você sabe que tem que entregar o trabalho, aí você senta no computador e faz, porque eu não tenho tempo. (Participante E, 2016).

Sexta e sábado já não existem para mim. (Participante D, 2016).

O meu lazer está meio capenga, é por que sou mãe, sou provedora ainda, então tenho que trabalhar e estudar à noite e é meio complicado. (Participante B, 2016).

O trabalho, por sua vez, como condição ontológica do ser social, evidencia ser o aspecto que determina as condições estruturantes desafiante e, contraditoriamente, é o impulso a um novo lugar, a novas condições. Espécie de estímulo suficiente para o ser social buscar meios que o permitam alterar as condições de vida. Parafraseando Antunes (2008), como um relógio de pêndulo que, neste estudo, posiciona de um lado o tensionamento das exigências do mundo do trabalho em prol de conhecimento e, de outro, a sociedade que não sucumbe aos atributos sócio-históricos determinados à mulher. No entanto, sobre as contradições da dor, dos desafios, das demandas que esbarram em limites da capacidade humana, prevalece a busca pela realização do indivíduo que descobre, através do aprender, novas formas e possibilidades de resgatar sua humanidade.

Eu pensei em qualificação profissional. Você ter um curso superior é diferente de você estar até dentro de um escritório como auxiliar, eu quero deixar de ser auxiliar (Participante H, 2016).

Eu voltei a estudar. Meu sonho sempre foi ter uma faculdade. Eu fiz o curso técnico, ate trabalhei um período, porém tive filho e fiquei em casa. Arrumei um serviço, porque já não estava aguentado ficar em casa e o sonho era de ter uma faculdade (...) uma mulher velha inventando moda! Se você casou, tem casa própria, os filhos adultos, tem seu carro, pronto acabou a sua vida? Eu falei que não, eu estou respirando, enquanto eu estou respirando eu estou viva (Participante G, 2016).

A pesquisa quantitativa aplicada na mesma época aos estudantes do curso de Serviço Social apresentou a existência de correlação entre aspectos sociais e cognitivos no processo acadêmico, na evidência dos dados do público do sexo feminino. Na amostra selecionada de 136 estudantes mulheres, observou-se que a disponibilidade para realização de leituras extras, o conhecimento prévio de conhecimentos básicos de informática e o apoio no custeio do curso corroboram positivamente com o melhor desempenho. Assim, tal situação contribui de forma a reduzir na reprovação em disciplinas ao longo do curso. No entanto, a opção religiosa da estudante universitária bem como o fato de ela ter sido ou ainda sofrer violência doméstica apresentam o inverso da possibilidade de resultados favoráveis ao desempenho escolar.

Quadro 1 – Tendência da correlação de aspectos da condição de vida das estudantes universitárias com o fator reprovação/disciplinas cursadas – IES privada/2016

Aspectos	tendência
realização de leituras extras	positiva
conhecimento de informática	positiva
religião	negativa
violência	negativa
custeio	positiva

Fonte: elaboração própria.

Há de se reconhecer que a formação humana busca a complexidade e a integralidade do ser humano, ofertando-lhe uma leitura mundial e a intervenção sobre o mesmo, através do exercício de uma atividade produtiva com princípios científicos capaz de permitir que o homem veja e compreenda o mundo para além dele mesmo (SAVIANI, 1994). O exercício da cidadania pressupõe o desnudamento do olhar para o reconhecimento de si mesmo, como indivíduo social, com vistas ao entendimento da totalidade dos valores dominantes que perpassam o exercício do trabalho e o acesso à ciência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferentes temáticas discutidas ao longo do presente trabalho revelam que o mundo do trabalho e formação acadêmica fazem parte de uma organização na qual se dispõem diversos elementos fortemente inter-relacionados.

Sob o signo do capitalismo que se configura no modelo de relações de exploração, surge o acesso ao ensino superior. Essa ação provoca estratégias que, além de fomentarem o aumento de mão de obra qualificada, permitem a queda dos salários mediante a lei da oferta e demanda. Ademais, proporciona o crescimento no segmento da educação que apresenta um aumento exponencial das instituições de ensino superior.

No entanto, os dados qualitativos e quantitativos expuseram dimensões da estrutura sócio-histórica brasileira que permeiam subjetiva e culturalmente a condição de trabalho e estudo da mulher universitária. Tais evidências reforçam a totalidade das relações capitalistas que intensificam exigências e contrapontos que reverberam o enfrentamento da condição de classe e gênero.

Configura-se, assim, um ciclo do qual a estudante universitária participa não apenas como sujeito passivo, mas como ator social capaz de debater e reconfigurar as regras do jogo, à medida que assume seus valores e atitudes.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. Y. de. Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social. *In: Revista Ensino Superior Unicamp*. Disponível em: [https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed06\\_julho2012/Cibele\\_Yahn.pdf](https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed06_julho2012/Cibele_Yahn.pdf). Acesso em: 6 setembro, 2017.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BARROS, A. da S. X. Expansão da Educação Superior no Brasil: limites e possibilidades. *In: Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, nº. 131, p. 361-390, abr.-jun., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v36n131/1678-4626-es-36-131-00361.pdf>. Acesso em: 6 de setembro, 2017.

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

DUBET, F. BELLAT, M. D. Antoine, V. As desigualdades escolares antes e depois da escola: organização escolar e influência dos diplomas. *In: Sociologias*, Porto Alegre, ano 14, n 29, jan./abr. 2012, p. 22-70.

FIALHO, L. M. F; SOUSA, F. G. A. Política Pública de Juventudes: percepções dos bolsistas do Prouni. *In: Jornal de Políticas Educacionais*. v.11, n 17, novembro, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/x02869924/Downloads/53612-220132-1-PB.pdf>. Acesso em: 12 maio 2019.

GOMES, M. E., BARBOSA, E. F. A Técnica de Grupos Focais para Obtenção de Dados Qualitativos. *In: Educativa*. Instituto de Pesquisas e Inovações Educacionais. Fevereiro, 1999. Disponível em: [www.tecnologiadeprojetos.com.br](http://www.tecnologiadeprojetos.com.br). Acesso em: 5 julho 2016.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1983.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. PNAD Contínua, 2017. <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>.

INEP. **Censo da educação superior 2016**. Notas estatísticas. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2016/notas\\_sobre\\_o\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf). Acesso em: 03 maio 2019.

Koike, M. M. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CFESS, ABEPSS: CEAD/UnB, 2009.

LUCAS, S. R. Effectively Maintained Inequality: education transitions, track mobility, and social background effects. *In: The American Journal of Sociology*, Chicago, v. 106, n. 6, p. 1642-1690, maio, 2001. Disponível em: [https://campus.fsu.edu/bbcswebdav/institution/academic/social\\_sciences/sociology/Reading%20Lists/Stratification%20%28Gender%2C%20Race%2C%20and%20Class%29%20Copies%20of%20Articles%20from%202009/Lucas-AJS-2001.pdf](https://campus.fsu.edu/bbcswebdav/institution/academic/social_sciences/sociology/Reading%20Lists/Stratification%20%28Gender%2C%20Race%2C%20and%20Class%29%20Copies%20of%20Articles%20from%202009/Lucas-AJS-2001.pdf). Acesso em: nov/2017.

NOGUEIRA, C. M. **A feminização no mundo do trabalho**. Campinas: Autores Associados, 2004.

POLYDORO, S. A. J. **O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário: concepções de saída e de retorno à instituição**. Orientador: Dra. Elizabeth N. G. da S. Mercuri. 2000. 175 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão popular, 2013.

SAVIANI, D. **"O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias."** Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. 1ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 12.